

## **DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES À SOCIEDADE POR MEIOS ELETRÔNICOS: UM ESTUDO NAS PREFEITURAS DOS MAIORES MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Fabiano Maury Raupp<sup>1</sup>, Mayara Batista Abreu<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Orientador, Departamento de Administração Empresarial – ESAG – [fabianoraupp@hotmail.com](mailto:fabianoraupp@hotmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Administração Empresarial – ESAG – bolsista PROBIC/UDESC

Palavras-chave: Disponibilização de informações. Portais eletrônicos. Prefeituras.

A pesquisa teve como objetivo investigar o atendimento das prefeituras dos maiores municípios brasileiros às exigências legais de disponibilização de informações à sociedade por meios eletrônicos. Na construção do referencial teórico foram consideradas discussões sobre transparência e governo Eletrônico. A pesquisa seguiu o método descritivo, a partir de uma pesquisa documental, com abordagem qualitativa e quantitativa. A coleta de dados utilizou como instrumento o protocolo de observações para registro das informações coletadas nos portais eletrônicos de 133 prefeituras de municípios brasileiros com população superior a 200.000 habitantes. A análise em cada portal abrangeu os seguintes itens: Transparência – Acessibilidade; Estrutura Organizacional; Informações Financeiras; Programas – Projetos – Obras – Licitações; Legislação; Serviço de Informações ao cidadão; Ouvidoria; Perguntas mais frequentes. Por meio da análise dos 133 portais, pode-se perceber que a disponibilização de informações à sociedade por meios eletrônicos ainda não é uma realidade nas prefeituras dos maiores municípios brasileiros, pois foram identificados sucessivos descumprimentos legais dentre os itens analisados. Os resultados demonstraram que a maior parte dos municípios (121) possui um portal dedicado à transparência municipal. Seguindo o rol de exigências legais na disponibilização de informações à sociedade por meios eletrônicos, o ente governamental deverá evidenciar sua estrutura organizacional. Identificou-se que 123 prefeituras investigadas atendem esta exigência legal. Tal contexto pode facilitar ao cidadão a identificação dos integrantes de cada setor e suas respectivas responsabilidades, que poderá direcionar a solicitação de informações, quando for o caso. As informações financeiras mais disponibilizadas referem-se às receitas e despesas. Na sequência aparecem, respectivamente, remuneração dos servidores e repasses e/ou transferências. De forma semelhante ao que ocorre em relação à disponibilização de informações sobre a estrutura organizacional, há também descumprimentos em relação às informações financeiras, visto que são exigências legais que não são atendidas por algumas prefeituras. Em termos de disponibilização de informações sobre programas, projetos, obras, contratos, editais/licitações nas páginas de prefeituras dos maiores municípios brasileiros, as informações mais disponibilizadas referem-se aos editais/licitações, com 106 ocorrências. Com ocorrências menores estão as informações sobre contratos, projetos, obras e programas. Dos portais investigados, 70 (54,26%) disponibilizam legislação no portal de transparência. Com base nos resultados encontrados, 56 (43,41%) prefeituras instituíram o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e 73 (56,58%) não possuem ou não foi possível encontrar o *link* para o SIC. Das 56 prefeituras que possuem o SIC, apenas em 24 portais observou-se a possibilidade de acompanhar o andamento da solicitação feita mediante protocolo ou assemelhado. As evidências empíricas revelam que 72 (55,81%) prefeituras disponibilizam o sistema de ouvidoria em seus portais eletrônicos. Mesmo representando uma exigência legal do conjunto de informações que devem ser

disponibilizadas à sociedade, 70 (54,26%) prefeituras não possuem em seus respectivos portais o *link* para respostas às perguntas mais frequentes da sociedade. Por outro lado, era também de se esperar uma posição mais proativa das prefeituras no sentido de antecipar respostas àquelas que seriam as perguntas mais frequentes da sociedade, o que não é realidade na maioria dos municípios investigados.